



memórias em memória de
José Cutileiro

título

Memórias em Memória de José Cutileiro

organização

Ana Paula Amendoeira
Pedro Prista

edição

Edições Colibri

data: 15 de Dezembro de 2023

autores:

Ana Paula Amendoeira
Brian Juan O'Neill.
Denise Lawrence-Zuniga
Ema Pires
Georges Augustins
João Pina-Cabral
José Manuel Sobral
Pedro Adão e Silva
Pedro Prista

fotografia

Gérard Castello Lopes
José Manuel Rodrigues (capa e rosto)

design

Bernardo Providência

ISBN 978-989-566-361-3

depósito legal 523 978/23

Nota de abertura

O projecto destas “Memórias em Memória de José Cutileiro” surgiu no início do Verão de 2020, imediatamente após o falecimento de José Cutileiro a 17 de Maio desse ano, e tinha por intenção constituir uma forma de homenagem da Direcção Regional de Cultura do Alentejo à grande figura da Antropologia e nosso querido amigo pessoal então desaparecido.

Não se tratou de uma iniciativa isolada e tardia. A 4 de Junho de 2014, a Direcção Regional de Cultura do Alentejo em associação com a Fundação Eugénio de Almeida, convidara José Cutileiro a proferir no Fórum Eugénio de Almeida, em Évora, sua cidade natal, a conferência “Ricos e Pobres no Alentejo e outras antropologias”, sessão que reuniu larga e muito interessada audiência.

Na sequência deste acontecimento, e integrando nós o Conselho Geral da Universidade de Évora, apresentámos em Setembro desse mesmo ano a proposta de atribuição do Doutoramento Honoris Causa a José Cutileiro pela Universidade

Alentejo, questão que tenho comigo mesmo?
Relendo *Ricos e Pobres no Alentejo* de José Cutileiro

José Manuel Sobral

I.

No pequeno mundo da antropologia portuguesa, José Cutileiro ocupa uma posição singular. Essa singularidade advém-lhe, em primeiro lugar, do facto de nunca se ter integrado no universo social dos antropólogos portugueses. Estudou antropologia e doutorou-se fora do país num momento em que a antropologia, na sua vertente social ou cultural, era, como as restantes ciências sociais, uma disciplina marginal em Portugal, estando sobretudo ligada à formação de funcionários da administração colonial. Iniciou, logo depois da sua dissertação, uma breve carreira académica no Reino Unido. Quando, na sequência do fim do regime ditatorial, com a liberdade de ensino e investigação que tal facto acarretou, estavam reunidas as condições para poder ingressar na Universidade em Portugal, opta por se integrar na carreira diplomática, não mais a abandonando até se aposentar.

Cutileiro realizou uma única investigação no domínio da antropologia, a que serviu de base à sua tese. Todavia, enquanto o antropólogo seguia uma caminho que o afastava da antropologia,

a obra que resultou do seu doutoramento assegurar-lhe-ia um lugar prestigiado no âmbito da disciplina e de outras ciências sociais, como a sociologia, interessadas no conhecimento da sociedade rural portuguesa e que se desenvolveram com a chegada da democracia.

II.

Publicada em inglês em 1971 com o título *A Portuguese Rural Society* e só editada em Portugal com o título *Ricos e Pobres no Alentejo*, em 1977, a obra nada deve à antropologia portuguesa. As únicas monografias rurais que esta havia produzido – *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária* (1948) e *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril* (1953) – tinham sido escritas muito antes por Jorge Dias, personalidade que Cutileiro menciona com simpatia. São obras muito diferentes, produzidas em tempos e contextos também muito diferentes, como o eram, aliás, os seus autores. Jorge Dias abordara um Norte marcado pela pequena propriedade e especialmente por práticas comunitárias que iam da posse de terrenos em comum à gestão da vida social pelas suas populações. Exaltara o sentido igualitário das populações locais, que contrastara com um mundo urbano norteado pelo lucro e pelo individualismo. Não se debruçara sobre a política e sobre as questões de poder em geral – temas de qualquer modo tabu sob o Estado Novo – e utilizara a sua visão romântica do Norte camponês para construir uma imagem nacionalista de um Portugal diferente dos outros países, pois norteado por valores não capitalistas. Jorge Dias era um antropólogo católico, comprometido com o

Estado Novo, cuja política colonial defendeu, mau grado estar consciente das contradições existentes entre a propaganda e a realidade. Escrevera as suas monografias rurais nos anos quarenta e cinquenta, muito influenciado pela etnologia europeia anterior ao seu tempo, pela tradição etnográfica portuguesa – que já se preocupava com a temática da vida comunitária – e pelo impacto da antropologia cultural norte-americana. Não se sentia atraído pelo Alentejo, um mundo de grande propriedade, de assimetrias sociais e de busca do lucro, que tão distante lhe parecia do seu idealizado Norte (Sobral, 2007). Que diferença entre a sua visão do mundo rural e a de Cutileiro, que afirmaria que as “aldeias são redes de relações sociais mais competitivas do que colaborativas” (Cutileiro 1971: 147). Mas era igualmente diferente o modo como concebiam a antropologia. Para Jorge Dias esta seria distinta da sociologia, pois esta preocupar-se-ia com problemas de estrutura e com padrões sociodemográficos e a antropologia com temas mais “subtis”, como a religião, a magia ou as emoções (Sobral 2007: 498-500); para Cutileiro eram afins, pois partilhavam um mesmo corpo teórico, onde avultavam os nomes de Durkheim, Marx e Weber (Cutileiro 1977: X). Daí também a ênfase colocada pelo último no estudo das classes.

Ao contrário do antropólogo do Porto, cuja primeiro contacto com o mundo rural se terá dado no Minho, numa quinta da família, Cutileiro era alentejano, nascido numa família de tradição republicana pelo lado paterno – e católica conservadora pelo materno – e filho de um médico, isto é, de um membro de uma profissão que ele situa no mesmo espaço social que o dos maiores

proprietários. O seu livro abre com a invocação da conhecida frase de Alexandre O'Neill "Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo". Ao ler a sua obra, e ao meditar na paixão e no esforço que a sua realização impôs, poucas dúvidas restam a este seu leitor que o Alentejo – a parte de Portugal em que nascera e de onde provinham os seus progenitores e parentes – e o Alentejo rural em particular, era uma questão que ele tinha consigo mesmo, pois não foi por certo, por acaso, que investigou uma freguesia dessa região.

O seu trabalho foi também produzido num ambiente intelectual radicalmente distinto do de Dias, em particular no que respeita à antropologia. Enquanto este, membro de uma geração muito anterior, produz uma obra eclética, e nomeadamente as monografias, que muito deve à sua ação solitária individual – mau grado o doutoramento na Alemanha, orientado por alguém que não era um especialista do seu tema – Cutileiro realiza o seu doutoramento em Oxford, num contexto institucional consagrado, numa das escolas mais prestigiadas do mundo e num momento de expansão da antropologia. É a época em que Evans-Pritchard, um dos nomes maiores da antropologia do século XX, é o professor de Antropologia Social da Universidade de Oxford. É também um tempo marcado pelo desenvolvimento dos estudos antropológicos sobre a área mediterrânica, em cujo âmbito tem lugar a sua pesquisa de doutoramento e de que é figura importante o seu supervisor, John K. Campbell, autor de uma monografia intitulada *Honour, Family and Patronage* (1964) sobre uma aldeia da montanha grega, publicada na mesma editora e coleção em que viria a aparecer a monografia do antropólogo português.

Esta antropologia do Mediterrâneo desenvolve-se a partir da década de cinquenta do século XX, através de um conjunto de estudos de comunidade, que se devem sobretudo a autores britânicos. A obra de Julian Pitt-Rivers, *The People of the Sierra* (1954), acerca de uma povoação andaluza, é a pioneira de um conjunto de trabalhos assentes no estudo antropológico de uma comunidade, que se irão multiplicar nas décadas de setenta e de oitenta (Davis 1977; Giordano 2012). A investigação de Cutileiro segue, por isso, caminhos já abertos pela geração que o havia precedido. Escolhe como objeto de estudo uma pequena comunidade – a que chamou Vila Velha – que podia conhecer de um modo mais íntimo, residindo nela e recolhendo informação, o que exigia a aquisição de um mínimo de confiança de muitos dos seus habitantes, sem a qual nunca teria podido aceder ao conhecimento de base oral e resguardado de olhares exteriores, que serve de base a muitas das suas interpretações. Membro do grupo socialmente mais poderoso, como afirma na introdução, e conhecendo-o intimamente, por isso, instalou-se numa aldeia onde conviveu mais com camponeses pobres e trabalhadores. Agregou a estes elementos uma importante componente histórica, recorrendo quer a bibliografia, quer a arquivos locais, que terá conseguido consultar por via de algum relacionamento pessoal, pois não eram de acesso público. Os seus temas são comuns a muita da antropologia do Mediterrâneo: da estrutura social e ocupacional, à família e ao parentesco, incluindo o parentesco espiritual, às relações entre homens e mulheres e entre gerações, ao complexo da honra e da vergonha – tidas como valores especialmente importantes nesta área – à religião, ao patrocínio

e às relações entre a coletividade local e o Estado e a sociedade mais ampla. A importância dada a muitos destes temas, como o parentesco, a amizade e as relações entre patronos e clientes é então partilhada com muitos antropólogos, como o ilustra o título do ensaio célebre de Eric Wolf – também ele um estudioso de espaços mediterrânicos – “Kinship, Friendship and Patron-Client Relationships” (1966), que é contemporâneo da investigação do antropólogo português.

A informação que reuniu na sua pesquisa é de uma riqueza única no contexto português do seu tempo. Só começaria a produzir-se conhecimento comparável sobre espaços rurais portugueses, quer oriundo da antropologia, quer da sociologia, alguns anos depois da revolução de Abril. Até temas como o patrocínio, por exemplo, estavam por estudar. Embora já em finais do século XIX se apontasse que os partidos políticos – na época os da monarquia constitucional – tinham como base as relações de troca de favores pelo votos entre “patronos” e “clientes” – o chamado “caciquismo” – e fosse reconhecida a importância na sociedade portuguesa das relações informais que envolviam “cunhas”, “empenhos” e “conhecimentos”, para obter um número muito amplo de bens e serviços, incluindo empregos, este é o primeiro estudo em que estes relacionamentos são abordados de um modo detalhado. E o mesmo sucede com outras temáticas como o parentesco, as práticas de herança e os relacionamentos entre os géneros – numa época em que esta designação ainda nem sequer ocorria – a própria religiosidade, para não falar das questões com uma dimensão claramente política

III.

Todavia, no âmbito da antropologia do Mediterrâneo a obra de Cutileiro distingue-se, em particular, pelo modo como aborda as questões relativas à estrutura social em Vila Velha. Desse ponto de vista, está bem distante da obra inicial desta literatura – o já referido *The People of The Sierra* de Pitt-Rivers (1954), onde quase não se fala de classe social, tida aliás como uma categoria mal definida e imposta à realidade empírica, e onde o conflito, apesar de reconhecido, não tem o primeiro plano – e muito próxima de uma posterior à sua, *The People of the Plain* (1980) de David Gilmore, um estudo de uma comunidade andaluza, em que a classe tem muita relevância. E tem, em particular, bastantes afinidades com a obra um pouco anterior à sua do economista Juan Martinez Alier, *La Estabilidad del Latifundismo* (1968), um clássico da sociologia da grande propriedade ibérica. Não é, por certo, por acaso. Ambos lidavam com sociedades de latifúndio, a Andaluzia e o Alentejo, com espaços rurais e uma distribuição da propriedade similar. As implicações da distribuição de propriedade são preocupações comuns, a própria designação da edição portuguesa – *Ricos e Pobres* – ecoa as classificações da sociedade correntes entre os mais pobres na Andaluzia. Pertencendo à mesma geração que se forma nos anos sessenta – ambos foram pesquisadores no St. Anthony's College de Oxford na mesma época – as suas obras refletem o interesse pela classe e pelo conflito e são testemunho da influência do marxismo – pouco explícita em Cutileiro, clara em Martínez Alier – tão importante na altura.

A estratificação em Vila Velha é apresentada como produto principal da distribuição da propriedade fundiária – embora não exclusivamente, pois não deixa de invocar outros factores de estratificação, como os ligados às profissões liberais, ao funcionalismo público ou à indústria. Através da propriedade fundiária, estabelecia-se uma divisão muito nítida entre os latifundiários – havia 11 com terras na freguesia, mas nenhum lá vivia – que chegavam a possuir milhares de hectares e recebiam a maioria do rendimento coletável, os proprietários – com quantidades de terras muito distintas – os seareiros e os trabalhadores rurais. A propriedade estava muito concentrada no topo e muito dispersa na base: os detentores de menos de 1 hectare eram 166, os de menos de 10 hectares eram pouco mais de 400 e acima de 500 apenas três. Dos quase 500 proprietários, só 26 possuíam propriedade suficiente para os dispensar de exercer outras ocupações ou serem trabalhadores agrícolas. E alguns dentre os quase trezentos trabalhadores tinham pequeníssimas courelas e de mau terreno.

Cada um destes grupos possuía um espaço de relacionamento distinto, como se via pela sua própria geografia matrimonial. Os latifundiários, que não viviam na freguesia, mantinham relações não só fora da localidade, mas fora do concelho e estas incluíam pessoas que viviam na capital do país. Casavam entre si ou admitiam noivos e noivas com formação universitária, tais como membros das profissões liberais e do alto funcionalismo que se viessem fixar no concelho – por outras palavras, detentores de capitais equiparáveis ao capital fundiário. Os proprietários, que

viviam em Vila Velha, também praticavam a endogamia, pois casavam no grupo ou com grupos próximos, como os seareiros, e localmente. Os seareiros também casavam entre si, normalmente no âmbito da freguesia, admitindo já então casamentos com trabalhadores rurais e os trabalhadores rurais faziam-no entre si e localmente.

Havia, com certeza, matizes no âmbito interno destes grupos – como um latifundiário, criticado pelos pares por se vestir à moda rural e falar com acento local, frequentando os cafés dos trabalhadores – e a estratificação local, à época da observação, não se resumia a eles, pois havia operários numa fábrica recente melhor remunerados que os assalariados rurais, artífices, lojistas, funcionários, professores, profissionais liberais, enfim todos os ocupados na indústria, no comércio e serviços, na administração pública. Porém, a base da estratificação continuava a ser, como nos séculos anteriores, a propriedade rural.

Mantinham sociabilidades segregadas. Grandes proprietários e equiparáveis juntavam-se no Clube da sede do concelho. Os grupos intermédios faziam-no na Artística, uma sociedade local também na sede; os trabalhadores rurais, por sua vez, juntavam-se no Atlético, igualmente localizado aí. Os seus estilos de vida denotavam práticas diferentes e distintivas e os mais abastados resguardavam-se da exposição pública, em particular as mulheres. O antropólogo revela detalhes no comportamento e opiniões dos membros destes grupos que, longe de serem anedóticos, são repletos de significado social. É esse o caso da menção feita à tentativa de se dotar de supostos antepassados nobres por parte

de um latifundiário – um caso claro de procura de status através da usurpação, no sentido de um Max Weber. Ou o facto de apenas as mulheres dos latifundiários obterem o tratamento de “dona”, juntamente com as professoras primárias. Ou a legitimação para o roubo de bens dos ricos pelos mais pobres, em caso de necessidade. Ou ainda o comentário feito por um latifundiário a propósito de um trabalhador despedido, que lhe teria incendiado uma seara como retaliação, de que lhe teria custado àquele mais o fósforo do que a ele o trigo. E poderíamos continuar a multiplicar exemplos repletos de sentido sobre configuração social local e as suas tensões e conflitos.

IV.

Esta estrutura era agrária era antiga e radicava no passado. Um passado melhor conhecido do que o de qualquer outro espaço rural português, porque tinha sido objeto da pesquisa de um grande historiador francês, Albert Silbert, que lhe dedicou o seu excelente *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de L'Ancien Régime* (1966), uma publicação contemporânea da investigação de Cutileiro, que a cita na bibliografia. O antropólogo parte da dissolução do Antigo Regime para estabelecer a genealogia do sistema social local, que emerge com a substituição dos antigos senhores da terra – a Coroa, as ordens religiosas, a grande nobreza, ou a própria comunidade, com as suas terras de uso comum - por estes novos grandes proprietários, alguns dos quais já abastados em finais do Antigo Regime. Irão prosperar ao longo do século XX com as políticas de proteção à cultura do trigo implementadas

desde finais do século XIX, articuladas com o desenvolvimento dos cultivos com recurso aos adubos químicos.

Ao tempo da pesquisa, este sistema afigura-se-lhe em crise, ameaçado pelo declínio do preço dos cereais, que enfraquecia os rendimentos agrícolas, por um lado, e, por outro, pelas transformações que iam ocorrendo não tanto localmente – apesar da concorrência representada por uma fábrica – mas na sociedade envolvente. Os trabalhadores começavam a partir para a migração sazonal em França, para trabalhos agrícolas – como outrora o haviam feito para as ceifas em Espanha, então como nos anos sessenta, em busca de melhores remunerações – para empregos industriais na zona Sul da Área Metropolitana de Lisboa.

Havia um conflito permanente em torno da posse da terra. A maioria da população via a distribuição como injusta e pensava que a terra devia ser repartida, aquilo a que Cutileiro designa como esperança no milénio, inspirado muito provavelmente pela interpretação do anarquismo rural andaluz de finais do século XIX, inícios do século XX, com as suas esperanças igualitárias, como sendo um movimento messiânico, recolhida da obra clássica de Diaz del Moral (1967), que refere. Os protestos eram antigos na região, tendo eclodido logo após a proclamação da República – um acontecimento vindo de fora, como a Reforma Agrária, em sua opinião, mas que induziu efeitos locais. Teve, aliás, ocasião de estudar o julgamento de sindicalistas locais nos primórdios do republicanismo, um período conflituoso localmente, tendo concluído elogiosamente que se tratava de gente excepcional, que dominava a cultura escrita. Os maiores

proprietários tinham consciência desse conflito latente em torno da posse da terra, com maior agudez em momentos como a Guerra Civil Espanhola (1936-39), que levou os apoiantes do regime a alistarem-se com entusiasmo na Legião Portuguesa, em 1937. Opunham-se a quaisquer tentativas que pudessem pôr em causa a sua preeminência, assente na propriedade. Isso correu com a resistência à introdução das oito horas de trabalho em 1962, ou ao projeto de uma moderada reforma agrária nos inícios dos anos sessenta, uma tentativa ensaiada por técnicos da Junta da Colonização Interna, de parcelamento de grandes explorações, que acompanharia o Plano de Rega do Alentejo (Lopes da Silva, 2020: 222-246). Ocorreu ainda aquando da instalação de uma escola técnica na sede de concelho, em meados dos anos sessenta, que se fez com o apoio dos sectores intermédios – os representados na sociedade Artística – mas não com o dos latifundiários, que receavam que esta viesse a afastar mão-de-obra potencial da atividade agrícola assalariada.

Havia, portanto, um conflito larvar. Para lá das aparências que o regime ditatorial impunha, o antropólogo revelava nas páginas deste estudo muito do que era ocultado publicamente – os “registos escondidos” (Scott, 1990) – dos discursos e emoções tanto pelos dominados como pelos dominantes. E a sua opinião era taxativa relativamente face à situação vivida: a calma política existente no tempo do Estado Novo devia-se ao controlo da informação, à coação e à repressão, de que dá alguns exemplos. Era de opinião que a presença do clandestino PCP não era muito importante em Vila Velha, embora referisse atos concretos de repressão, que se

abateram não só sobre trabalhadores, mas, significativamente, sobre um veterinário preso pela polícia política e que virá a sofrer o boicote dos latifundiários – um apontamento importante, que ilustra uma das faces da oposição ao Estado Novo, a representada por membros da classe média com formação universitária.

Para o antropólogo, a lógica conflituosa que dominava Vila Velha fazia com que movimentos e reivindicações vindos de fora encontrassem aí a ressonância necessária para vingarem. Se não se iniciaram aí, encontraram um terreno fértil, pois, em ocasiões propícias exteriorizava-se um conflito sempre latente, entre os “dois grupos antagónicos”, cujas posições se tornariam compreensíveis se analisadas como “elementos de uma potencial luta de classes muito mais ampla” (Cutileiro 1977, 116). De facto, embora alvitrasse que os grupos intermédios como pequenos proprietários e seareiros pudessem servir de amortecedor à polarização entre latifundiários e proletários, e que relações de patrocínio, de parentesco e de parentesco espiritual, ou de vizinhança, pudessem neutralizar e amortecer as relações de classe, para explicar a ausência de uma expressão aberta e violenta do conflito, conjuntamente com o peso puro e simples da repressão, não deixa de sublinhar que havia unanimidade entre os trabalhadores relativamente à vontade da expropriação dos grandes latifundiários (Cutileiro 1977, 384).

A principal dessas ocasiões acabou por vir a ter lugar depois do 25 de Abril com a Reforma Agrária, um movimento que representou uma transformação social e política radical e sem qualquer paralelo no passado. Cutileiro visitará Vila Velha em

1975 e 1976 e deixa no Epílogo da edição portuguesa uma visão abertamente crítica do processo da Reforma Agrária em curso. A discussão do tratamento deste tema tratado abreviadamente por Cutileiro não cabe neste curto ensaio. Mas vale a pena deixar claro que reiterará nesta altura que não existia na sociedade local pós-revolução qualquer nostalgia do passado e que o “status quo ante” era, para a maioria da população local, indesejável (Cutileiro 1977, 414).

V.

É tempo de concluir. A monografia de Cutileiro representa um momento culminante da pesquisa em ciências sociais em Portugal. Não tem paralelo antes no *corpus* de estudos sobre o mundo rural em Portugal, que se inicia em finais de Oitocentos, e nada deve à produção antropológica anterior existente no país. É uma obra que veio enriquecer o nosso conhecimento em temas como as classes, a desigualdade, o conflito, a família, a reprodução social, o parentesco, as relações de género, a religiosidade, o clientelismo, entre outros temas que continuam a ser importantes hoje como no seu tempo, embora muitos deles pouco estudados. O Alentejo retratado em *A Portuguese Rural Society* em muitos aspetos já não existe. A obra reportava-se a um mundo em mudança, em que a agricultura perdia importância no conjunto da economia e em que o espaço rural perdia gente. Esta dinâmica prosseguiu sob o regime democrático, ligada a mudanças económicas – como o declínio do sector primário – políticas – fim da influência desmedida dos maiores proprietários sobre os municípios, valorização do voto da

maioria – sociais – o crescimento do Estado social e as melhorias que ele trouxe ao quotidiano da maioria, emigração continuada – , ao alargamento da escolarização, que levaram a uma alteração radical na configuração das relações sociais, com a perda de poder dos antigos senhores. Mas o contributo intelectual deste livro não se restringe ao passado, a Vila Velha, ao Alentejo do latifúndio, ou ao Mediterrâneo rural, e nem sequer a Portugal, pois, a partir do estudo minucioso que faz num determinado tempo e lugar, fornece elementos para um conhecimento comparado de outros espaços sociais e de outros tempos históricos. É isso que faz deste livro não apenas uma memória de uma localidade e dos seus habitantes num dado momento, mas uma referência viva para conhecer outros tempos, outras gentes e outros lugares.

Referências

Campbell, John K. 1964. *Honour, Family and Patronage*. Oxford: Oxford University Press.

Cutileiro, José. 1971. *A Portuguese Rural Society*. Oxford: Clarendon Press.

Cutileiro, José. 1977. *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Dias, Jorge. 1948. *Vilarinho da Furna: uma Aldeia Comunitária*. Porto: Instituto para a Alta Cultura/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Dias, Jorge. 1953. *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-pastoril*. Porto: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Díaz del Moral, Juan. 1967 (1929). *Historia de las Agitaciones Campesinas Andaluzas*. Madrid: Alianza Editorial.

Gilmore, David D. 1980. *The People of the Plain: Class and Community in Lower Andalusia*. New York: Columbia University Press.

Martínez Alier, Juan. 1968. *La Estabilidad del Latifundismo*. Paris: Ruedo Ibérico.

Pitt-Rivers, Julian. 1954. *The People of the Sierra*. New York: Criterion Books.

Scott, James C. 1990. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press.

Silbert, Albert. 1966. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime. XVIII-début XIXe siècle*. Paris: S.E.V.P.E.N.

Silva, Elisa Lopes da. 2020. *Estado, Território, População: As Ideias, as Políticas e as Técnicas de Colonização Interna no Estado Novo*. Tese doutoramento em História. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Sobral, José Manuel. 2007. "O Outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela antropologia portuguesa (anos 70-80 do século XX)". *Revista de História das Ideias*, 28, pp. 479-526.

Wolf, Eric. 1966. "Kinship, Friendship, and Patron-Client Relationships in Complex Societies", in *The Social Anthropology of Complex Societies*, ed. por Michael Banton, pp. 1-20. London: Tavistock.

Ana Paula Amendoeira

Historiadora

Directora Regional de Cultura do Alentejo.

Brian Juan O'Neill, Ph.D.

Professor Catedrático Jubilado.

Departamento de Antropologia, Iscte-IUL e CRIA-IUL.

Denise Lawrence-Zuniga, Ph.D.

Professora Emérita.

California State Polytechnic University Pomona, CA USA.

Ema Pires, Ph.D.

Professora Auxiliar.

Departamento de Sociologia - ECS, UÉvora e IHC-UÉ/IN2PAST.

Georges Augustins, Ph.D.

Professor Emérito.

Universidade de Nanterre.

João Pina-Cabral, Ph.D.

Investigador Coordenador, ICS-UL.

José Manuel Sobral, Ph.D.

Investigador Principal, ICS-UL.

Pedro Adão e Silva, Ph.D.

ESPP-Iscte-IUL.

Ministro da Cultura.

Pedro Prista, Ph.D.

Investigador Integrado, CRIA-IUL.

Investigador Associado, ICS-UL.